

# Cadernos Jurídicos

Ano 24 - Número 65 - Janeiro/Março de 2023

## Direito Ambiental



Escola Paulista da Magistratura  
São Paulo, 2023



*Diretor*

Desembargador José Maria Câmara Junior

*Vice-Diretor*

Desembargador Gilson Delgado Miranda

*Conselho Consultivo e de Programas*

Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

Desembargador Alcides Leopoldo e Silva Júnior

Desembargadora Gilda Cerqueira Alves Barbosa Amaral Diodatti

Desembargadora Mônica de Almeida Magalhães Serrano

Desembargador Roberto Caruso Costabile e Solimene

Desembargador Vicente de Abreu Amadei

Juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves

*Coordenadores da edição*

Desembargador Ricardo Cintra Torres de Carvalho

Juiz Álvaro Luiz Valery Mirra

# **Cadernos Jurídicos**

## **Direito Ambiental**

ISSN 1806-5449

Cadernos Jurídicos, São Paulo, ano 24, nº 65, p. 1-290, Janeiro-Março/2023

Quadrimestral

2000, v. 1 (1 - 2)  
2001, v. 2 (3 - 4 - 5 - 6)  
2002, v. 3 (7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12)  
2003, v. 4 (13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18)  
2004, v. 5 (19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24)  
2005, v. 6 (25)  
2006, v. 7 (26 - 27 - 28)  
2007, v. 8 (29 - 30)  
2008, v. 9 (31)  
2009, v. 10 (32)  
2011, v. 11 (33)  
2012, v. 12 (34 - 35)  
2013, v. 13 (36 - 37)  
2014, v. 14 (38)  
2015, v. 15 (39 - 40 - 41)  
2016, v. 16 (42 - 43 - 44 - 45)  
2017, v. 17 (46)  
2019, v. 18 (47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52)  
2020, v. 19 (53 - 54 - 55 - 56)  
2021, v. 20 (57 - 58 - 59 - 60)  
2022, v. 21 (61 - 62 - 63 - 64)  
2023, v. 22 (65)

---

Direito  
Jurisprudência

CDU 34(05)  
CDU 35(05)

ISSN 1806-5449



**Escola Paulista da Magistratura**  
Rua da Consolação, 1.483 - 1º ao 4º andar  
CEP 01301-100 - São Paulo - SP  
Fones: (11) 2711-1657 / 2711-1660  
[www.epm.tjsp.jus.br](http://www.epm.tjsp.jus.br)  
[imprensaepm@tjsp.jus.br](mailto:imprensaepm@tjsp.jus.br)

S

U

M

Á

R

I

O

<b>Apresentação</b>	
<i>Ricardo Cintra Torres de Carvalho e Álvaro Luiz Valery Mirra</i> .....	7
<b>1. Uma Justiça em construção</b>	
<i>José Renato Nalini</i> .....	9
<b>2. Cidades sustentáveis</b>	
<i>Ricardo Cintra Torres de Carvalho</i> .....	21
<b>3. Direito climático e a teoria da Justiça</b>	
<i>Fernando Akaoui, Gabriel Wedy e Rafael M. C. Moreira</i> .....	31
<b>4. O direito fundamental ao clima limpo, saudável e seguro e os deveres estatais de proteção climática à luz da Constituição Federal de 1988</b>	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer</i> .....	41
<b>5. Aspectos atuais da proteção jurídica da zona costeira no Brasil: o zoneamento ecológico-econômico costeiro do Ceará em suas duas perspectivas</b>	
<i>Sheila Cavalcante Pitombeira</i> .....	71
<b>6. Justiça Penal Negocial e proteção do meio ambiente: breves considerações</b>	
<i>Consuelo Y. Moromizato Yoshida e Gilberto Passos de Freitas</i> .....	93
<b>7. A Revista dos Tribunais nº 1 e os julgamentos do Tribunal de Justiça de São Paulo em 1912</b>	
<i>Vladimir Passos de Freitas</i> .....	121
<b>8. A ação civil pública na defesa do patrimônio cultural brasileiro</b>	
<i>Marcos Paulo de Souza Miranda</i> .....	135
<b>9. A declaração judicial do valor cultural de um bem e as consequentes medidas conservatórias</b>	
<i>Douglas de Melo Martins e Herberth Alessandro da Cunha Machado</i> .....	163
<b>10. Sustentabilidade para além dos humanos e métricas ESG como diretrizes e indicadores</b>	
<i>Clarides Rahmeier</i> .....	185
<b>11. Inteligência artificial: um paradoxo ambiental?</b>	
<i>Vanessa Carolina Fernandes Ferrari</i> .....	201
<b>12. Áreas de preservação permanente, adensamento populacional e direito à moradia: análise do REsp nº 1.782.692/PB do Superior Tribunal de Justiça</b>	
<i>Álvaro Luiz Valery Mirra</i> .....	213
<b>13. Agricultura orgânica, agrotóxicos e falácias lógicas</b>	
<i>Rafael Tocantins Maltez</i> .....	227
<b>14. Ignorância da lei e sanções ambientais: algumas reflexões sob o prisma de uma análise econômica e moral do Direito</b>	
<i>Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho e Marina Dubois Fava</i> .....	243
<b>15. Licenciamento ambiental e proteção dos bens arqueológicos em áreas degradadas</b>	
<i>Inês Virgínia Prado Soares e Talden Farias</i> .....	269



## Apresentação

“A crise ambiental é uma crise civilizatória e em um sentido muito forte, isto é, chegamos ao ponto de colocar em risco não apenas a biodiversidade do planeta, mas a vida humana, e junto com ela algo essencial da vida humana, o sentido da vida.”

Enrique Leff

A Coordenadoria da Área de Direito Ambiental da Escola Paulista da Magistratura tem a satisfação de trazer como material de reflexão para juízas, juizes e a comunidade jurídica em geral a presente edição temática dos Cadernos Jurídicos da EPM. A ideia subjacente à atividade da Coordenadoria de Direito Ambiental da Escola e à publicação ora realizada é a de que a proteção do meio ambiente requer hoje ampla difusão de conhecimentos e saberes, com diálogo permanente entre os diversos estudiosos da matéria e as diversas instituições que se ocupam da implementação do Direito do ambiente.

Nessa perspectiva, para a elaboração destes Cadernos, foram convidados alguns dos mais importantes juristas do Direito Ambiental brasileiro, com vasta experiência na matéria em suas atividades profissionais na Magistratura, no Ministério Público, na Defensoria Pública, na Advocacia e no magistério superior. Todos, sem exceção, procuraram apresentar análises aprofundadas sobre temas de grande relevância teórica e prática, à luz das questões mais atuais que envolvem a proteção jurídica do meio ambiente, sob o ponto de vista do direito material e do direito processual.

Os artigos apresentados tratam desde temas mais gerais, relacionados à Justiça Ambiental, à Justiça Climática e à sustentabilidade, até aspectos mais específicos e tradicionais, como a manutenção das áreas de preservação permanente do Código Florestal, passando por assuntos de grande atualidade como o direito fundamental ao clima limpo, saudável e seguro, a proteção da zona costeira, a relação entre a inteligência artificial e a proteção do meio ambiente, a responsabilidade administrativa por infrações ambientais, a Justiça Penal negocial, os agrotóxicos e a sempre necessária preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A esperança, sempre renovada ao longo dos anos no âmbito da Coordenadoria de Direito Ambiental, é a de que, com o trabalho desenvolvido e a contribuição permanente dos juristas e especialistas das mais diversas áreas e instituições, a Escola Paulista da Magistratura possa ser um canal a mais para o aperfeiçoamento dos profissionais do Direito em geral e dos magistrados e magistradas em especial, conscientes que estamos todos da grave crise ambiental que a humanidade atravessa e do papel de todos os juizes e de todas as juízas no enfrentamento de um dos principais desafios do século XXI.

Gostaríamos de deixar registrados os nossos mais sinceros agradecimentos aos amigos e colegas que aceitaram participar desta publicação, todas e todos com intensa atividade profissional e acadêmica, à Direção da Escola Paulista da Magistratura, nas pessoas do seu diretor, desembargador José Maria Câmara Junior, e do seu vice-diretor, desembargador Gilson Delgado Miranda, pelo apoio incondicional e pela participação direta no trabalho realizado, à Coordenadoria da Área de Produções Científicas da Escola, nas pessoas do desembargador Cláudio Luiz Bueno de Godoy e do juiz Alexandre

Jorge Carneiro da Cunha Filho, pela abertura deste espaço para a divulgação do conhecimento jurídico-ambiental, e aos servidores da EPM, nas pessoas de Fabiana de Souza Vieira Lopes, Marcele Carolina Ito Bueno, Mônica Lugaresi Gonçalves Trindade, Cláudia Judite Maciel Nogueira e Marcelo Alexandre Barbosa, pela viabilização das atividades da Coordenadoria da Área de Direito Ambiental e pelo esforço concentrado na concretização deste projeto.

**Desembargador Ricardo Cintra Torres de Carvalho**  
Coordenador da Área de Direito Ambiental da EPM

**Juiz Álvaro Luiz Valery Mirra**  
Coordenador-adjunto da Área de Direito Ambiental da EPM

(Edição fechada em outubro de 2023)